

LEITURA DINÂMICA

O feriadão dos congressistas já começou. Não havia deputados e senadores em número suficiente, ontem, para a votação do reajuste salarial deles próprios. Senado nega que projeto tenha sido aprovado fraudulentamente. Mas deputado insiste na acusação. Veja como um projeto

vira lei no Congresso. Na página 6, Fleury renova contrato com agências que trabalharam em sua campanha eleitoral. Tuma devolve ao governo do Estado arquivos do Dops. Descobre-se mais falcatruas na LBA paulista. Na 7, continua emperrada a negociação sobre a Zona Franca de Ma-

naus. Fleury diz que defende São Paulo, mas não os cartéis industriais. Deputados envolvidos em irregularidades com dinheiro do Finor se defendem. CPI do narcotráfico recebe nomes de deputados, juizes e empresas acusadas de envolvimento no 'negócio'. Mais acusações contra Zélia.

Esforço concentrado começa de plenário vazio

MARTA SALOMON

e TEREZA CARDOSO/AE

Os congressistas não compareceram ontem ao plenário para aumentar seus próprios salários, o do presidente da República, seus ministros e do funcionalismo (do Executivo, Legislativo e Judiciário). Aproveitando a ausência dos parlamentares governistas, o PT e o PDT retiraram-se do plenário, deixando sem quórum a sessão. A mesa diretora convocou nova sessão extraordinária para hoje, o que poderá resultar novamente num plenário vazio.

Aumentos exagerados

Os parlamentares do PT e do PDT insistem em que o projeto preparado pela mesa do Senado fixa aumentos exagerados, se comparados com os do resto do País. O deputado Chico Vigilante (PT-DF) foi à tribuna dizer que, enquanto o Congresso tenta reajustar os vencimentos do presidente da República em 1000% (o que os autores do projeto negam apresentando um sistema de cálculo complicado), os próprios funcionários encarregados da limpeza da Câmara ganham salários tão baixos que iniciarão uma greve na próxima semana. Vigilante alertou para o fato de que o prédio do Congresso estará cheio de lixo nos próximos dias.

O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), foi informado durante a tarde que os partidos de oposição impediriam a passagem de qualquer projeto no plenário até a votação dos vetos à lei salarial, que atingiram, por exemplo, a reindexação dos salários. A obstrução deverá durar até a próxima quarta-feira.

"A oposição está fazendo greve", reagiu o líder do bloco governista, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), ao sair de uma audiência com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. "Esse pessoal

pensa que ainda está na porta da fábrica", criticou Fiúza. Ele descartou a possibilidade de o governo negociar a volta da indexação salarial vetada pelo presidente Collor. O desempenho das lideranças governistas não foi questionado pelo ministro e articulador político do governo, assegurou Fiúza: "O ministro conhece as nossas dificuldades".

Até o final da tarde, a oposição se queixava, porém, da falta de interlocutores do governo no Congresso. O líder na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), voou na semana passada para os Estados Unidos, onde participa de uma missão oficial de observadores na Organização das Nações Unidas (ONU). O líder no Senado, Marco Maciel (PFL-PE),

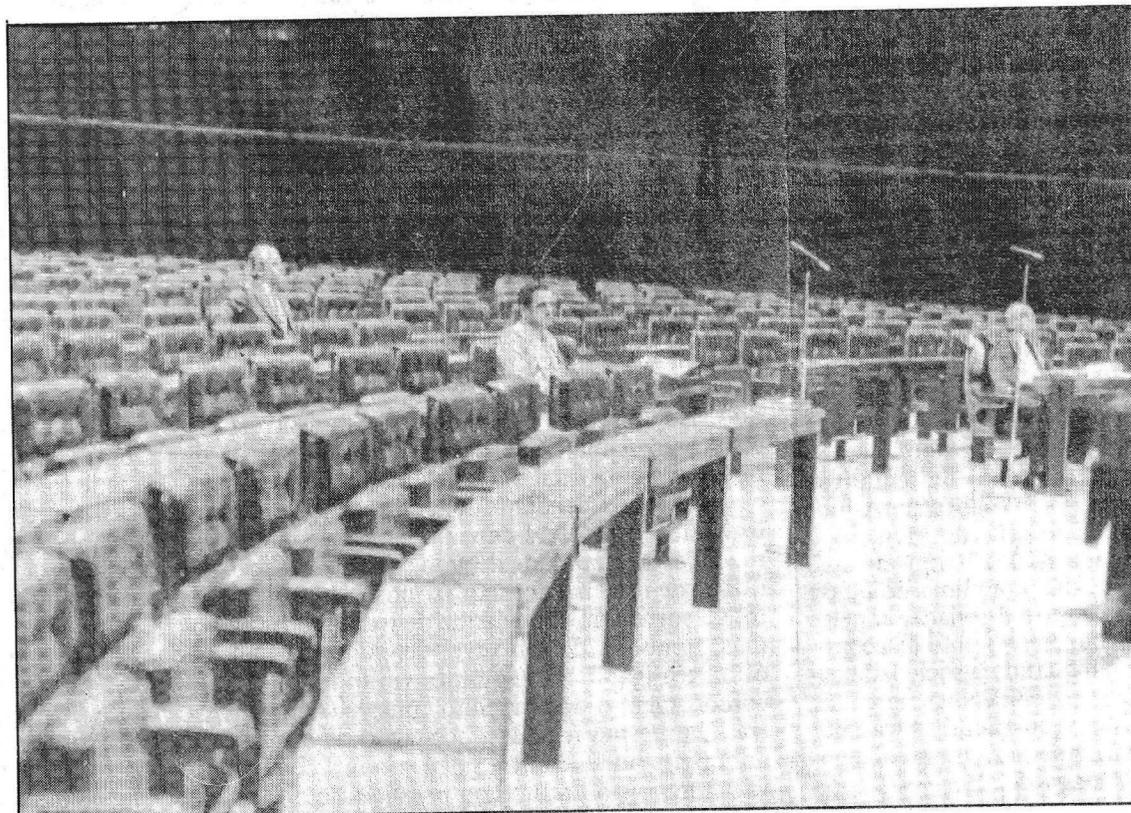
também passou a maior parte do dia fora do prédio do Congresso. Na ausência do líder do bloco governista, o vice-líder Cleto Falcão (PRN-AL), preferiu não interferir. Ele assistiu calado à comunicação dos líderes oposicionistas de que obtruíam as votações: "Eu não tenho condições para negociar isso", esquivou-se.

O vice-líder do governo no Senado, Ney Maranhão (PRN-PE), responsabilizou o comando político do governo pela obstrução. "Já conversei com o ministro Passarinho: enquanto não obtivermos maioria de votos, a oposição vai continuar cantando de galó".

A obstrução começou ainda pela manhã na comissão de Constituição e Justiça. A oposição esvaziou o plenário para impedir a vo-

tação da admissibilidade da emenda constitucional do governo que trata da abertura da economia. "Ou o governo bota quórum ou não vamos aprovar mais nada", comentou o deputado José Luiz Clerot (PMDB-PB). "Nossa intenção é só deixar votar as porcas", informou o deputado Paulo Paim (PT-RS).

O deputado Clerot acredita que só haverá número suficiente de parlamentares no plenário para a votação dos vetos à política salarial na próxima quarta-feira. "Quando chegarem 400 deputados no plenário, pára a obstrução", disse. A oposição precisa reunir a maioria absoluta dos votos — 252 deputados e mais 42 senadores — para derrubar um veto.



Os parlamentares do PT e PDT aproveitaram a ausência dos congressistas ligados ao governo e foram embora, deixando o plenário vazio.

Arquivo/AE